

Nome: _____

**01 – AGENTE FAZENDÁRIO – TIPO I**
PROVA 01**PROVA ESCRITA OBJETIVA**
CADERNO DE QUESTÕES

Leia atentamente as instruções abaixo e aguarde a autorização para abertura deste caderno de questões.

1. Confira o seu **CADERNO DE QUESTÕES** nos primeiros 30 minutos de prova. Caso haja algum erro de impressão, ausência de questão, dentre outros, a prova poderá ser substituída nesse intervalo de tempo.
2. Assine seu nome no espaço próprio do **CARTÃO-RESPOSTA**, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta. A não assinatura incide na **DECLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO**.
3. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 opções identificadas com as letras A, B, C, D, E. Você deve assinalar apenas uma opção em cada questão, caso contrário, ela será nula.
4. Não dobre, não amasse nem manche o **CARTÃO-RESPOSTA**. Ele **NÃO** poderá ser substituído.
5. O tempo disponível para esta prova **será de 4h**.
6. Reserve os 30 minutos finais para marcar seu **CARTÃO-RESPOSTA**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **CADERNO DE QUESTÕES** não serão considerados na avaliação.
7. Quando terminar a prova, entregue-a ao fiscal **SEM FALTAR NENHUMA PÁGINA OU PARTE DELA**, juntamente com o **CARTÃO-RESPOSTA**. Em seguida, assine a **LISTA DE PRESENÇA**. Caso o **CADERNO DE QUESTÕES E/OU** o **CARTÃO-RESPOSTA** estejam rasgados ou incompletos, o candidato será eliminado.
8. Você somente poderá deixar o local de prova depois de decorrida uma hora do início da aplicação das provas.
9. Você também será excluído do certame caso:
 - a) Utilize, durante a realização da prova, máquinas e/ou relógios de calcular, bem como rádios, gravadores, fones de ouvido, telefones celulares ou fontes de consulta de qualquer espécie.
 - b) Ausente-se da sala em que realiza a prova levando consigo o **CADERNO DE QUESTÕES** e/ou **CARTÃO-RESPOSTA**, antes do prazo estabelecido.
 - c) Deixe de assinalar corretamente o campo no **CARTÃO-RESPOSTA**.
 - d) Seja um dos três últimos candidatos e deixe o local de prova sem acompanhar o fiscal à coordenação.

GABARITO

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte – MG
Concurso Público – 005/2023

01 – AGENTE FAZENDÁRIO – TIPO I – PROVA 01**LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA:
TRIBUTÁRIA, CONTÁBIL E
FINANCEIRA****Questão 01**

O âmbito do Direito Tributário, um projeto de lei complementar foi apresentado com a finalidade de instituir um novo tributo, cujo fato gerador seria a prestação de um serviço público específico, mas sem prever qualquer hipótese de diferenciar contribuintes em situações equivalentes. Assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** identifica o princípio tributário que está sendo potencialmente comprometido por tal projeto de lei.

- a) Princípio da Anterioridade, pois altera o fato gerador de um tributo existente.
- b) Princípio da Vedação do Confisco, ao instituir tributo sem prever tratamento diferenciado.
- c) Princípio da Legalidade, por falta de previsão de tratamento desigual para contribuintes desiguais.
- d) Princípio da Igualdade Tributária, ao não diferenciar contribuintes em situação equivalente.
- e) Princípio da Capacidade Contributiva, pois não considera a heterogeneidade das situações econômicas dos contribuintes.

Questão 02

Considere uma situação em que um novo tributo foi criado por uma medida provisória que entrou em vigor imediatamente, impondo obrigações tributárias para atos ocorridos no mesmo exercício financeiro. Assinale a alternativa que indica **CORRETAMENTE** o princípio tributário infringido pela aplicação imediata dessa medida provisória.

- a) Princípio da Legalidade, que exige lei específica para a criação de tributos.
- b) Princípio da Capacidade Contributiva, ao não adaptar a carga tributária à realidade econômica do contribuinte.
- c) Princípio da Vedação ao Confisco, que restringe a imposição de tributos excessivos.
- d) Princípio da Anterioridade, que veda a cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que foram instituídos.
- e) Princípio da Uniformidade, por falta de padronização na aplicação do tributo em todo o território nacional.

Questão 03

Em um caso hipotético, a legislação tributária sofreu uma alteração que resultou na extinção de um tributo e, conseqüentemente, das obrigações tributárias a ele associadas. No entanto, observou-se que para certas operações já realizadas, embora o crédito tributário tenha sido constituído, a formalização desse crédito apresentava falhas. Assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** indica a implicação dessa circunstância sobre a extinção do crédito tributário em questão.

- a) A extinção do tributo leva à extinção automática do crédito tributário, independentemente da formalização do mesmo.
- b) Se a constituição do crédito tributário é formalmente deficiente, a alteração legislativa não afeta sua extinção.
- c) A alteração legislativa não pode extinguir o crédito tributário que já foi lançado, apesar das falhas na sua formalização.
- d) A extinção do tributo não afeta a obrigação tributária que já foi constituída, mesmo com falhas de formalização do crédito tributário.
- e) Falhas na formalização do crédito tributário significam que a extinção da obrigação tributária pela alteração legislativa não é aplicável a operações anteriores.

Questão 04

A legislação tributária de um determinado município introduziu uma isenção de IPTU para imóveis localizados em uma área específica, com o objetivo de incentivar o desenvolvimento regional. A isenção foi concedida com base em critérios específicos de localização e uso do imóvel. A autoridade fiscal municipal, contudo, argumenta que tal isenção deve ser extensiva a tributos correlatos, não previstos na lei que concedeu a isenção. Assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** expõe a posição mais alinhada ao Código Tributário Nacional sobre a extensividade da isenção em questão.

- a) A isenção deve ser aplicada de maneira extensiva, abrangendo outros tributos não mencionados na lei, em função da finalidade do desenvolvimento regional.
- b) A isenção é restrita e não pode ser estendida a tributos instituídos após sua concessão ou a outros tributos não especificados na lei.

- c) A extensão da isenção para tributos correlatos é uma prerrogativa da autoridade fiscal, desde que haja interpretação razoável e benéfica ao contribuinte.
- d) O município tem a liberdade de aplicar a isenção a tributos correlatos através de decreto do poder executivo municipal, independentemente de previsão legal.
- e) A isenção será estendida se houver previsão contratual entre o município e o contribuinte, mesmo na ausência de uma lei específica.

Questão 05

Considerando uma isenção de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR) concedida a um grupo de proprietários de terras que desenvolvem atividades de conservação ambiental. A isenção foi concedida por prazo certo e sob condições específicas relacionadas à preservação ambiental. Entretanto, uma nova legislação alterou o quadro de atividades passíveis de isenção do ITR. Em relação à isenção concedida anteriormente, assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** reflete o tratamento dessa isenção diante da nova legislação, conforme o Código Tributário Nacional.

- a) A isenção original mantém-se válida até o fim do prazo estabelecido, mesmo diante da nova legislação, desde que as condições originais de conservação ambiental sejam cumpridas.
- b) A nova legislação revoga automaticamente todas as isenções anteriores, e as isenções anteriores devem ser reavaliadas de acordo com os novos critérios.
- c) A alteração legislativa não tem efeito sobre isenções por prazo determinado e sob condições específicas, a menos que haja revogação expressa.
- d) Mesmo com a nova legislação, a isenção anterior pode ser estendida indefinidamente, a critério da autoridade fiscal, se as práticas de conservação ambiental permanecerem.
- e) A isenção concedida anteriormente será automaticamente ajustada para se alinhar aos novos critérios estabelecidos pela nova legislação tributária.

Questão 06

Considerando o arcabouço legal que orienta a classificação das despesas na execução orçamentária brasileira, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação **CORRETA** acerca das despesas correntes conforme estabelece a Lei n.º 4.320/1964.

- a) Despesas de custeio referem-se exclusivamente às despesas com pessoal e encargos sociais do ente público.
- b) Transferências correntes englobam, dentre outras, as subvenções concedidas, não necessitando de contrapartida direta em bens ou serviços.
- c) Investimentos abrangem somente a execução de obras sem a inclusão dos gastos relativos à aquisição de equipamentos.
- d) Inversões financeiras contemplam apenas as aquisições de imóveis ou bens de capital já em utilização pela administração pública.
- e) Transferências de capital são limitadas às operações que resultem na amortização da dívida pública, excluindo-se as concessões de empréstimos ou financiamentos por parte do ente público.

Questão 07

Dentro da estrutura de classificação da despesa pública prevista na Lei n.º 4.320/1964, analise as seguintes afirmações e assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** distingue as despesas de capital das despesas correntes.

- a) As despesas correntes incluem as dotações para investimentos em imóveis necessários à manutenção, ampliação e venda dos serviços administrativos.
- b) Transferências correntes compreendem os gastos com pessoal e encargos sociais, sendo assim categorizadas como despesas de capital.
- c) Investimentos são classificados como despesas de capital e incluem as dotações para o planejamento e execução de obras, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- d) Despesas de custeio estão classificadas como despesas de capital e são direcionadas para a manutenção de serviços anteriormente criados.
- e) Inversões financeiras são consideradas despesas correntes e referem-se exclusivamente às despesas destinadas a aquisição de títulos representativos do capital de empresas.

Questão 08

Em relação à Lei N.º 4.320, que estabelece normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços, analise as afirmações sobre as subvenções sociais e econômicas e assinale a alternativa que apresenta os elementos **CORRETOS** que devem pautar a concessão de subvenções sociais.

- a) O valor das subvenções sociais pode ser calculado com base na eficiência dos serviços prestados, sem considerar as possibilidades financeiras da entidade beneficiada.
- b) A concessão de subvenções sociais depende da análise de custo-benefício das atividades desenvolvidas pela entidade beneficiada, sem necessidade de observar os padrões mínimos de eficiência.
- c) As subvenções sociais são alocadas com o intuito de cobrir integralmente os custos das entidades beneficiadas, sem a necessidade de comprovação dos serviços prestados.
- d) A efetividade dos serviços prestados pela entidade beneficiada com subvenções sociais não necessita ser comprovada por órgãos de fiscalização para a continuidade da ajuda financeira.
- e) A prestação de serviços essenciais de assistência social, médica e educacional por entidades privadas com apoio de subvenções sociais deve revelar-se mais econômica que a oferta direta desses serviços pelo setor público.

Questão 09

A Lei n.º 4.320/1964 é uma das normas basilares da contabilidade pública no Brasil, regulamentando as transações financeiras pertinentes à Administração Pública. No tocante às subvenções econômicas, assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** enuncia a regra aplicável segundo essa legislação.

- a) A cobertura dos déficits das empresas públicas deve ocorrer exclusivamente por meio de subvenções econômicas inseridas nas despesas de capital.
- b) As subvenções econômicas podem ser concedidas a qualquer empresa, independente de haver autorização específica em lei ordinária ou complementar.
- c) As subvenções econômicas são restritas às entidades que demonstrarem excessivo superávit financeiro em seus balanços anuais.
- d) As subvenções econômicas destinadas a cobrir diferenças entre os preços de mercado e os preços de revenda pelo Governo devem ter sua concessão expressamente autorizada por lei.
- e) A concessão de subvenções econômicas está condicionada à realização de contrapartida direta em bens ou serviços pelas entidades beneficiadas.

Questão 10

Considerando as características qualitativas da informação contábil estabelecidas pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a

alternativa que indica a qualidade que reforça a importância de a informação ser apresentada a tempo de influenciar as decisões dos usuários.

- a) Relevância, pois exige que a informação contábil tenha a capacidade de fazer diferença nas decisões dos usuários.
- b) Confiabilidade, pois garante que a informação contábil reflète fielmente os eventos que pretende representar.
- c) Tempestividade, já que determina que a informação deve ser disponibilizada prontamente para influenciar as decisões dos usuários.
- d) Comparabilidade, por possibilitar que os usuários identifiquem e compreendam semelhanças e diferenças entre períodos contábeis.
- e) Compreensibilidade, que exige a classificação e apresentação clara da informação contábil.

Questão 11

Analisando o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** descreve a qualidade da informação contábil que assegura que a informação represente fielmente os fenômenos que se propõe retratar.

- a) Compreensibilidade, assegurando que a informação contábil seja facilmente entendida pelos usuários.
- b) Relevância, requerendo que a informação contábil tenha aplicação prática para as decisões dos usuários.
- c) Comparabilidade, permitindo a análise entre diferentes conjuntos de dados contábeis.
- d) Verificabilidade, que dá credibilidade à informação contábil pela sua capacidade de ser confirmada e concordada por observadores independentes.
- e) Confiabilidade, que garante a exatidão absoluta e a objetividade total da informação contábil apresentada.

Questão 12

No contexto da execução orçamentária e financeira, conforme estabelece o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa que identifica **CORRETAMENTE** o momento em que se verifica a procedência do crédito fiscal e a inscrição do débito da pessoa que lhe é devedora.

- a) Previsão, como projeção de arrecadação de receita orçamentária.

- b) Lançamento, como ato administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.
- c) Arrecadação, que se dá com a entrega dos recursos devidos ao Tesouro.
- d) Recolhimento, correspondendo à transferência dos valores arrecadados para a conta específica do Tesouro.
- e) Programação financeira, na qual se estabelece a sistemática de execução das receitas conforme sua disponibilidade.

Questão 13

Segundo o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, a fase da receita que diz respeito a estrita observância à unidade de tesouraria, vedando qualquer fragmentação. Assinale qual etapa da receita orçamentária é caracterizada por esta ação.

- a) Lançamento, que ocorre após a verificação do crédito fiscal.
- b) Arrecadação, etapa em que se registra o ingresso dos recursos financeiros.
- c) Recolhimento, onde os valores arrecadados são transferidos ao Tesouro.
- d) Previsão, na qual se estima a arrecadação de receitas para o orçamento.
- e) Programação financeira, quando se aloca a receita nos diferentes setores de acordo com as prioridades orçamentárias.

Questão 14

No que tange à estrutura da natureza da despesa orçamentária, conforme detalhado no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** descreve a sequência dos componentes que formam o código estruturado utilizado para agregar informações como a categoria econômica e o grupo.

- a) Elemento, grupo, categoria econômica, modalidade de aplicação.
- b) Categoria econômica, grupo, modalidade de aplicação, elemento.
- c) Modalidade de aplicação, categoria econômica, grupo, elemento.
- d) Grupo, elemento, categoria econômica, modalidade de aplicação.
- e) Modalidade de aplicação, elemento, grupo, categoria econômica.

Questão 15

Considerando as disposições do Código Tributário Municipal do Município de Belo Horizonte, assinale

a alternativa que apresenta o prazo prescricional para o direito de proceder ao lançamento de tributos e sua revisão.

- a) 2 anos, a contar do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido realizado.
- b) 3 anos, contados a partir da data em que se tornaram devidos.
- c) 4 anos, contados a partir da data da ocorrência do fato gerador.
- d) 5 anos, a contar do último dia do ano em que se tornaram devidos.
- e) 6 anos, a contar da data da notificação do lançamento ao contribuinte.

**ÉTICA E DIREITOS
CONSTITUCIONAL,
ADMINISTRATIVO E TRIBUTÁRIO****Questão 16**

O Decreto n.º 14.635, de 10 de novembro de 2011, do Município de Belo Horizonte, instituiu o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Pública, estabelecendo os princípios e normas de conduta ética aplicáveis a todos os órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo Municipal. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a que apresenta **CORRETAMENTE** um dos valores fundamentais insculpidos no referido Código e sua adequada delimitação:

- a) Supremacia do interesse público: os agentes públicos devem proceder conscientemente e em conformidade com os princípios e valores estabelecidos neste Código de Ética e na legislação aplicável, sempre defendendo o bem comum.
- b) Imparcialidade: os agentes públicos devem agir de forma a assegurar a adequada gestão da coisa pública e da destinação das receitas públicas, que são frutos dos tributos pagos direta ou indiretamente por todos os cidadãos.
- c) A honestidade, a dignidade, o respeito e o decoro: os atos da Administração devem estar comprometidos com o interesse geral e a concreção do bem comum, devendo os administrados ser tratados sem quaisquer discriminações benéficas ou detrimen-tosas.
- d) Isonomia: elemento justificador da própria existência da Administração Pública, destinado à consecução da justiça social e do bem comum.

e) Competência e desenvolvimento profissional: o agente público deve buscar a excelência no exercício de suas atividades, mantendo-se atualizado quanto aos conhecimentos e informações necessários, de forma a obter os resultados esperados pela sociedade, contando, inclusive, para tais fins, com as políticas de desenvolvimento de pessoal executadas pela Administração municipal.

Questão 17

Nos termos do Decreto n.º 14.635/2011, do Município de Belo Horizonte, que institui o Código de Ética do Agente Público Municipal e da Alta Administração Pública, são deveres dos Agentes Públicos municipais, EXCETO:

- a) Resguardar, em sua conduta pessoal, a integridade, a honra e a dignidade de sua função pública, agindo em harmonia com os compromissos éticos assumidos neste Código e os valores institucionais.
- b) Representar imediatamente à chefia competente todo e qualquer ato ou fato que seja contrário ao interesse público, prejudicial à Administração ou à sua missão institucional, de que tenha tomado conhecimento em razão do cargo, emprego ou função.
- c) Tratar autoridades, colegas de trabalho, superiores, subordinados e demais pessoas com quem se relacionar em função do trabalho, com urbanidade, cortesia, respeito, educação e consideração, inclusive quanto às possíveis limitações pessoais.
- d) Ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção, respeitando a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários do serviço público, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, orientação sexual, nacionalidade, cor, idade, religião, admitindo-se tratamento diferenciado em razão de tendência política ou posição social.
- e) Abster-se, de forma absoluta, de exercer sua função, poder ou autoridade com finalidade estranha ao interesse público, mesmo que observando as formalidades legais e não cometendo qualquer violação expressa à lei.

Questão 18

Sahid Maluf (MALUF, Sahid. Teoria Geral do Estado. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016, p.19) entende que “o Estado não é apenas um sistema geral de normas, como pretendem as correntes monistas, nem um fenômeno puramente sociológico, como sustentam as correntes pluralísticas. É uma realidade cultural

constituída historicamente em virtude da própria natureza social do homem, que encontra a sua integração no ordenamento jurídico”. Com base no pensamento do referido autor, assinale, dentre as alternativas a seguir, a que indica **CORRETAMENTE** a concepção institucional do Estado baseada no culturalismo:

- a) A Teoria do Monismo Jurídico, preconizada por *Hegel, Hobbes e Bodin*, desenvolvida por *Austin e Rudolf von Ihering*, segundo a qual o Estado e o Direito se confundem em uma só realidade.
- b) A Teoria Dualística, idealizada por *Gierkg e Gurvitch*, para a qual a função do Estado é unicamente positivar o Direito, ou seja, traduzir em normas escritas os princípios que se firmam na consciência social.
- c) A Teoria Pluralística, que sustenta que o Estado e o Direito são duas realidades distintas, independentes e inconfundíveis, desenvolvida por *Léon Duguit*.
- d) A Teoria Tridimensional do Estado e do Direito, desenvolvida por *Miguel Reale*, para quem fato, valor e norma são os três elementos integrantes do Estado como realidade sócio-ética-jurídica.
- e) A Teoria do Paralelismo, defendida por *Giorgio Del Vecchio*, para quem o Estado e o Direito são realidades distintas, porém necessariamente interdependentes.

Questão 19

A Constituição é a *lex fundamentalis* de um Estado, estabelecendo seus princípios básicos, a estrutura do governo, os direitos fundamentais dos cidadãos e os limites do poder estatal. A forma como uma Constituição é elaborada e suas características essenciais definem seu tipo e impactam diretamente na organização e na estabilidade do Estado. A respeito da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, assinale, dentre as alternativas a seguir, a que apresenta **CORRETAMENTE** o seu tipo quanto à origem, à forma, a extensão e ao conteúdo:

- a) Outorgada, escrita, analítica e material.
- b) Promulgada, escrita, analítica e formal.
- c) Pactuada, consuetudinária, sumária e formal.
- d) Promulgada, não escrita, concisa e formal.
- e) Promulgada, escrita, analítica e material.

Questão 20

Segundo Canotilho (CANOTILHO, J. J. G. Direito Constitucional e Teoria da Constituição. 6. ed. Coimbra: Almedina, 1993, p. 212-213) “a

interpretação das normas constitucionais é um conjunto de métodos, desenvolvidos pela doutrina e pela jurisprudência com base em critérios ou premissas (filosóficas, metodológicas, epistemológicas) diferentes, mas, em geral, reciprocamente complementares)". Dentre as alternativas abaixo, assinale a que apresenta **CORRETAMENTE** algumas das características do método hermenêutico normativo-estruturante:

- a) A Constituição deve ser encarada como uma lei, resumindo-se o papel do intérprete a descobrir o verdadeiro significado da norma, o seu sentido.
- b) A Constituição, nesse método, é um sistema aberto de regras e princípios, razão pela qual, por meio desse método, parte-se de um problema concreto para a norma, atribuindo-se à interpretação um caráter prático da solução dos problemas concretizados.
- c) Neste método, parte-se da norma, a Constituição, para o caso concreto, valendo-se o intérprete de suas pré-compreensões sobre o tema para obter o sentido da norma.
- d) Não se verifica identidade entre a norma jurídica e o texto normativo, pois o teor literal da norma que será considerado pelo intérprete deve ser analisado à luz da concretização da norma em sua realidade social.
- e) Este método leva em consideração as várias Constituições, efetivando-se a atividade do intérprete na comparação deste instrumento nos vários ordenamentos.

Questão 21

A República Federativa do Brasil, que se constitui como um Estado Democrático de Direito, é formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal. Sob este prisma, é **CORRETO** afirmar que:

- a) À União, não expressamente citada no art. 1º, da Constituição Federal, cabe a centralização do poder político e a concentração de competências perante os demais entes federados.
- b) O pacto federativo admite a secessão de uma unidade federativa.
- c) A soberania diz respeito ao Estado federal, a saber a República Federativa do Brasil, não dispondo as unidades federativas de tal característica.
- d) Somente o Estado federal, a República Federativa do Brasil, é autônomo, tendo em vista que, diante de situações críticas, o processo interventivo poderá ser utilizado para a manutenção do equilíbrio federativo.

- e) A Constituição rígida, como é o caso do Brasil, fragiliza a estabilidade institucional, pois impede que os entes federados se utilizem de sua autonomia no exercício de suas competências.

Questão 22

A Administração Pública é o braço executor das políticas estabelecidas pelo Estado, desempenhando um papel crucial na promoção do bem-estar social, na garantia dos direitos dos cidadãos e no desenvolvimento econômico. Para assegurar que essa função seja exercida de maneira eficiente, transparente e em conformidade com os valores democráticos, são estabelecidos diversos princípios básicos que orientam a atuação dos agentes públicos. Com base no art. 37 da Constituição Federal, que estabelece os princípios que regem a Administração Pública, assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** uma assertiva a respeito do princípio da moralidade:

- a) Tem-se que, pelo princípio da moralidade, todas as ações administrativas devem ser fundamentadas em normas jurídicas previamente estabelecidas, garantindo assim a previsibilidade e a segurança jurídica nas relações entre o Estado e os cidadãos.
- b) Conforme o princípio da moralidade, todos os cidadãos devem ser tratados de forma igualitária, sem favorecimentos ou discriminações injustificadas. Os agentes públicos devem pautar sua conduta pelo interesse público, agindo de maneira imparcial e objetiva, sem considerar características pessoais, como raça, religião ou posição social, na tomada de decisões.
- c) Os agentes públicos devem agir com honestidade, probidade, integridade e transparência em todas as suas atividades, evitando qualquer forma de corrupção, nepotismo ou desvio de recursos públicos, uma vez que a atuação do Estado seja pautada por princípios éticos e valores morais.
- d) A moralidade refere-se à obrigação de tornar públicas todas as informações relacionadas às atividades e decisões da administração pública. Isso inclui a divulgação de atos administrativos, gastos públicos, contratos, licitações e demais documentos de interesse coletivo. A transparência é essencial para promover a *accountability* (prestação de contas) e garantir a participação dos cidadãos na gestão pública.
- e) A moralidade é um princípio que visa garantir que os recursos públicos sejam utilizados de maneira racional e eficaz na consecução dos objetivos estabelecidos pelo Estado. Os órgãos e entidades públicas devem buscar constantemente a

otimização dos processos administrativos, a redução de desperdícios e a obtenção de resultados satisfatórios com o menor custo possível.

Questão 23

Segundo Hely Lopes Meirelles, um dos mais influentes estudiosos do Direito Administrativo no Brasil, o ato administrativo é definido como “toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria” (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 145). Neste sentido, escolha, dentre as alternativas a seguir, a que caracteriza CORRETAMENTE o ato administrativo:

- a) Uma manifestação unilateral da Administração Pública imposta ao cidadão, visando à resolução de conflitos de interesses.
- b) Uma norma jurídica geral e abstrata que rege o comportamento de todos os indivíduos em determinada situação.
- c) Uma manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, com o objetivo de produzir efeitos jurídicos específicos.
- d) Uma decisão judicial que resolve uma controvérsia entre a Administração Pública e um cidadão.
- e) Uma manifestação unilateral emanada pelo Poder Legislativo que define direitos e obrigações para toda a sociedade.

Questão 24

A Administração Direta e Indireta, embora distintas em suas estruturas e características, se complementam. A primeira, com sua força centralizadora, garante a uniformidade na aplicação das políticas públicas e o cumprimento das funções essenciais do Estado. A segunda, por sua vez, traz a agilidade e a flexibilidade necessárias para atender às demandas específicas e explorar atividades econômicas de interesse social. Essa divisão de tarefas permite ao Estado brasileiro promover o bem-estar social e o desenvolvimento econômico de forma equilibrada e eficiente. A chave para o sucesso desse arranjo está na clara definição de atribuições, no fortalecimento dos mecanismos de controle e na adoção de práticas de gestão transparentes e participativas. A este respeito, assinale, dentre as alternativas a seguir, a que nomina CORRETAMENTE, nesta ordem, entidade que compõe a Administração Direta e entidade que compõe a Administração Indireta.

- a) Ministério da Saúde e Banco Central.
- b) Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e Petrobrás.
- c) Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil S.A.
- d) Fundação Nacional dos Povos Indígenas e Ministério das Minas e Energias.
- e) Secretaria Estadual de Educação e Presidência da República.

Questão 25

A Lei n.º 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, estabelece normas básicas sobre o processo administrativo da Administração Federal direta e indireta, visando, em especial, à proteção dos direitos dos administrados e ao melhor cumprimento dos fins da Administração. A respeito dos critérios a serem observados nos processos administrativos, é CORRETO afirmar que dentre eles não consta:

- a) A divulgação oficial dos atos administrativos, vedada qualquer ressalva.
- b) Objetividade no atendimento do interesse público, vedada a promoção pessoal de agentes ou autoridades.
- c) Adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquelas estritamente necessárias ao atendimento do interesse público.
- d) Garantia dos direitos à comunicação, à apresentação de alegações finais, à produção de provas e à interposição de recursos, nos processos de que possam resultar sanções e nas situações de litígio.
- e) Interpretação da norma administrativa da forma que melhor garanta o atendimento do fim público a que se dirige, vedada aplicação retroativa de nova interpretação.

Questão 26

A Lei n.º 7.169, de 30 de agosto de 1996, do Município de Belo Horizonte, institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte. Dentre os balizamentos normativos está a possibilidade movimentação do servidor ao longo de sua trajetória funcional. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a que apresenta uma assertiva CORRETA, nos termos do citado Estatuto:

- a) Readaptação é o retorno do servidor ao cargo anteriormente ocupado, correlato ou transformado, em razão da reintegração de servidor demitido.

- b) Recondição é a atribuição de atividades especiais ao servidor, observada a exigência de atribuições compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, verificada em inspeção médica pelo órgão municipal competente, que deverá, para tanto, emitir laudo circunstanciado.
- c) O servidor ficará em disponibilidade remunerada quando seu cargo for extinto ou declarado desnecessário e não for possível o seu aproveitamento imediato em outro equivalente.
- d) Redistribuição é a mudança de lotação do servidor, de ofício ou a pedido, observados o interesse do serviço e a existência de vaga.
- e) Transferência é o deslocamento do servidor, com o respectivo cargo, para outro quadro de pessoal.

Questão 27

Nos termos do parágrafo único do art. 106, da Lei n.º 7.169/1996, do Município de Belo Horizonte, as indenizações e os auxílios não se incorporam ao vencimento ou provento para qualquer efeito. A este respeito, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O servidor que, a serviço, se afastar do Município, fará jus a passagens e diárias, para cobrir as despesas de pousada, alimentação e locomoção urbana.
- b) O servidor que receber diárias e não se afastar da sede, por qualquer motivo, fica obrigado a restituí-las integralmente, no prazo de 3 (três) dias a partir do seu recebimento.
- c) A diária será concedida por dia de afastamento, sendo devida pela metade quando o deslocamento não exigir pernoite fora da sede.
- d) Será concedido ao servidor público, a título de auxílio pecuniário, vale-refeição.
- e) Havendo acumulação lícita de cargos, será devido o vale-refeição se, no somatório das jornadas de trabalho de cada cargo, o servidor trabalhar 8h (oito horas) ou mais, vedada a percepção de mais de um benefício.

Questão 28

A teor do art. 140, da Lei n.º 7.169/1996, do Município de Belo Horizonte, conceder-se-á licença ao servidor nas hipóteses previstas neste Estatuto. Assinale, dentre as alternativas a seguir, a que apresenta INCORRETAMENTE uma dessas hipóteses:

- a) Em razão de paternidade.
- b) Para tratamento de saúde e por motivo de acidente em serviço, mediante avaliação do órgão oficial de perícia médica.

- c) Para acompanhar cônjuge, mas não companheiro.
- d) Para concorrer a cargo eletivo.
- e) Para desempenho de mandato classista.

Questão 29

O Código Tributário Nacional apresenta definição clara e concisa de tributo. A respeito dos elementos que compõem a definição de tributo, assinale, dentre as alternativas a seguir, a que apresenta uma alternativa CORRETA:

- a) O tributo é uma prestação pecuniária que pode ser exigida tanto em moeda como em bens ou serviços, desde que expressamente previsto em lei.
- b) O tributo é uma prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que constitui uma sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.
- c) O tributo é uma obrigação facultativa, na qual o contribuinte pode optar por efetuar o pagamento ou não, conforme sua vontade, sendo instituída por ato do Poder Executivo e cobrada mediante atividade administrativa plenamente discricionária.
- d) O tributo é uma prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitui sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.
- e) O tributo é uma obrigação contratual, na qual o contribuinte assume voluntariamente o compromisso de efetuar o pagamento em contrapartida à prestação de serviços pelo Estado, sendo instituída por contrato entre as partes e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.

Questão 30

Uma vez constituído pelo lançamento, o crédito tributário pode ter sua exigibilidade suspensa, extinta ou excluída. A respeito destas modalidades que afetam o crédito tributário, assinale a alternativa que apresenta uma afirmação CORRETA:

- a) A moratória é uma das causas de extinção do crédito tributário.
- b) A prescrição e a decadência são causas de extinção do crédito tributário.
- c) A isenção é causa de suspensão do crédito tributário.
- d) A anistia é causa de extinção do crédito tributário.
- e) A decisão judicial transitada em julgado é causa de exclusão do crédito tributário.

**ECONOMIA E FINANÇAS
PÚBLICAS****Questão 31**

Assinale a alternativa que apresenta um exemplo que **CORRETAMENTE** classifica uma variável como sendo de estoque.

- a) O total de investimentos realizados por uma empresa durante o último trimestre fiscal.
- b) A quantidade de dinheiro em circulação na economia ao final do ano.
- c) O volume de exportações de um país ao longo do ano corrente.
- d) O total de receitas recebidas pelo governo federal no último mês.
- e) A quantidade de horas trabalhadas pelos funcionários de uma corporação durante um mês.

Questão 32

Variáveis-fluxo são fundamentais para entender a taxa de variação de diversos aspectos econômicos e financeiros ao longo do tempo. Assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** identifica uma variável que deve ser classificada como uma variável-fluxo.

- a) O valor total do capital de uma empresa avaliado no final do exercício fiscal.
- b) O estoque total de mercadorias de um varejista ao final do mês.
- c) O saldo devedor de um empréstimo bancário em uma data específica.
- d) O total de receita arrecadada por um governo durante um ano fiscal.
- e) O valor dos ativos fixos de uma empresa no início do ano.

Questão 33

O preço de reserva é definido como o valor máximo que um consumidor está disposto a pagar por um bem. Assinale a alternativa que explica **CORRETAMENTE** o impacto de um aumento no preço de reserva sobre a curva de demanda de um bem específico.

- a) O aumento no preço de reserva desloca a curva de demanda para a esquerda, indicando uma diminuição na quantidade demandada a cada preço.
- b) Um aumento no preço de reserva eleva a disposição para pagar dos consumidores,

potencialmente deslocando a curva de demanda para a direita.

- c) O aumento no preço de reserva não altera a curva de demanda, pois a curva é determinada apenas pela renda dos consumidores.
- d) Um aumento no preço de reserva reduz a elasticidade-preço da demanda, tornando-a mais inelástica em todos os pontos.
- e) O aumento no preço de reserva aumenta a inclinação da curva de demanda, tornando-a mais íngreme ao longo do eixo dos preços.

Questão 34

Assinale a alternativa que **CORRETAMENTE** descreve o comportamento de uma curva de demanda tipicamente inclinada para baixo em relação à elasticidade preço-demanda.

- a) Uma curva de demanda inclinada para baixo indica que a demanda é perfeitamente inelástica, significando que as variações de preço não afetam a quantidade demandada.
- b) Uma curva inclinada para baixo reflete uma demanda perfeitamente elástica, onde pequenas mudanças de preço levam a grandes mudanças na quantidade demandada.
- c) A inclinação para baixo sugere que, à medida que o preço aumenta, a quantidade demandada aumenta, demonstrando uma relação direta entre preço e demanda.
- d) Uma curva de demanda inclinada para baixo geralmente indica que a demanda é elástica, ou seja, a quantidade demandada é sensível a mudanças no preço.
- e) A inclinação para baixo sempre indica uma demanda unitária, onde a proporção entre a mudança percentual no preço e a mudança percentual na quantidade demandada é igual a um.

Questão 35

Assumindo que o mercado de apartamentos opera sob condições de concorrência perfeita, e que os proprietários visam maximizar lucros, assinale qual das seguintes alternativas explica **CORRETAMENTE** o comportamento da curva de oferta de curto prazo para apartamentos.

- a) A curva de oferta de curto prazo é horizontal, indicando que a oferta é perfeitamente elástica e independente do preço.
- b) A curva de oferta de curto prazo é vertical, refletindo que a quantidade de apartamentos disponíveis é fixa no curto prazo, independentemente do preço.

- c) A curva de oferta de curto prazo é inclinada para cima, mostrando que quanto maior o preço, maior a quantidade ofertada.
- d) A curva de oferta de curto prazo é inclinada para baixo, indicando que menores preços incentivam maior oferta devido a reduções de custo.
- e) A curva de oferta de curto prazo é uma parábola, indicando um ponto de máximo no qual os proprietários maximizam os lucros.

Questão 36

Considerando o conceito de equilíbrio de mercado, que ocorre quando a quantidade demandada iguala a quantidade ofertada a um preço específico, analise o impacto de uma alteração no preço de reserva sobre o ponto de equilíbrio em um mercado competitivo. Assinale a alternativa que corretamente descreve esse impacto.

- a) Uma elevação no preço de reserva diminui a quantidade demandada, deslocando o ponto de equilíbrio para cima na curva de oferta.
- b) Uma redução no preço de reserva aumenta o preço de equilíbrio, pois eleva a quantidade demandada.
- c) Um aumento no preço de reserva aumenta a quantidade demandada, deslocando o ponto de equilíbrio para a direita.
- d) Uma redução no preço de reserva resulta em um menor preço de equilíbrio, pois diminui a quantidade ofertada.
- e) Um aumento no preço de reserva não afeta o ponto de equilíbrio, pois a curva de oferta permanece estática no curto prazo.

Questão 37

Seleção adversa ocorre quando uma parte em um mercado possui mais informações que a outra, o que pode levar a uma alocação ineficiente de recursos. Em um mercado de seguros, como o de saúde ou automóveis, assinale qual das seguintes alternativas explica CORRETAMENTE o problema de seleção adversa.

- a) Os segurados com menor risco tendem a comprar mais seguros, aumentando o custo para a seguradora.
- b) Indivíduos de alto risco são mais propensos a adquirir seguros, levando a maiores custos para a seguradora.
- c) Seguradoras oferecem preços mais baixos a indivíduos de alto risco para equilibrar o mercado.
- d) Indivíduos de baixo risco tendem a pagar prêmios mais altos para compensar a falta de informações.

- e) A seguradora tem informações detalhadas sobre cada segurado, eliminando o risco de seleção adversa.

Questão 38

Assinale qual das seguintes alternativas melhor descreve uma situação de risco moral em um contrato de seguro.

- a) Uma pessoa não renova seu seguro de saúde porque acredita que não vai precisar dele.
- b) Uma seguradora aumenta os prêmios após descobrir que o segurado omitiu informações.
- c) Um segurado aumenta seu comportamento de risco após adquirir um seguro de automóvel.
- d) Seguradoras realizam auditorias frequentes para garantir que os segurados não cometam fraudes.
- e) Um segurado cancela seu seguro após melhorar seu estado de saúde e não necessitar mais da cobertura.

Questão 39

A assimetria de informação pode ser observada em diversos contextos de mercado, afetando a eficiência das transações. Considerando os mercados financeiros, assinale qual das alternativas explica CORRETAMENTE um cenário de assimetria de informação.

- a) Investidores com informações privilegiadas realizam transações baseadas em informações públicas para evitar acusações de *insider trading*.
- b) Todos os participantes do mercado têm acesso igual às informações sobre as empresas listadas na bolsa de valores.
- c) Uma empresa divulga informações financeiras incompletas para atrair investimentos.
- d) Corretores de ações fornecem aconselhamento imparcial para todos os clientes, garantindo transparência.
- e) Os reguladores garantem que nenhuma informação privilegiada seja usada para transações no mercado.

Questão 40

As reservas compulsórias são uma ferramenta de política monetária utilizada pelo Banco Central para controlar a quantidade de dinheiro em circulação. Como afeta especificamente a oferta de moeda e a liquidez dos bancos comerciais, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE o impacto de um aumento na taxa das reservas compulsórias.

- a) Reduz a capacidade dos bancos de emprestar, aumentando a oferta de moeda e estimulando o crescimento econômico.
- b) Aumenta a capacidade dos bancos de emprestar, reduzindo a oferta de moeda e desestimulando o crescimento econômico.
- c) Reduz a capacidade dos bancos de emprestar, contraindo a oferta de moeda e potencialmente desacelerando o crescimento econômico.
- d) Aumenta diretamente a oferta de moeda disponível ao público, melhorando as condições de crédito.
- e) Não tem impacto direto sobre a oferta de moeda, afetando apenas a taxa de juros interbancária.

Questão 41

A taxa de redesconto, uma das ferramentas da política monetária, é utilizada pelo Banco Central para fornecer liquidez aos bancos em situações de emergência. Assinale qual das seguintes alternativas explica CORRETAMENTE o propósito e impacto de uma redução na taxa de redesconto.

- a) Encoraja bancos a tomar mais empréstimos do Banco Central, aumentando a liquidez e estimulando o investimento.
- b) Desestimula os bancos a tomar empréstimos, reduzindo a liquidez e aumentando as taxas de juros.
- c) Não afeta a liquidez bancária, mas reduz as reservas compulsórias automaticamente.
- d) Aumenta as taxas de juros de longo prazo, incentivando a poupança e reduzindo o consumo.
- e) Reduz a liquidez geral do mercado, pois os bancos ficam menos dispostos a emprestar a consumidores e empresas.

Questão 42

Operações de *open market*, como a compra e venda de títulos públicos pelo Banco Central, são utilizadas para ajustar a base monetária. Assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE o efeito de uma compra de títulos pelo Banco Central no mercado aberto.

- a) A compra de títulos retira dinheiro do mercado, contraindo a base monetária.
- b) A compra de títulos aumenta a oferta de moeda no mercado, expandindo a base monetária.
- c) A compra de títulos eleva as taxas de juros de longo prazo, desestimulando o investimento.
- d) Não afeta a oferta de moeda, apenas ajusta as taxas de redesconto aplicadas aos bancos.
- e) Reduz o déficit fiscal do governo ao diminuir a quantidade de títulos em circulação.

Questão 43

Considerando os impactos da política fiscal na economia, assinale a alternativa que explica CORRETAMENTE como um aumento nos gastos governamentais afeta o produto econômico e a demanda agregada, segundo princípios de macroeconomia.

- a) Um aumento nos gastos governamentais reduz a demanda agregada devido ao efeito deslocamento, onde o setor público absorve recursos que seriam investidos pelo setor privado.
- b) Um aumento nos gastos governamentais aumenta a demanda agregada, estimulando a economia por meio do efeito multiplicador, aumentando assim o produto econômico.
- c) Um aumento nos gastos governamentais diminui o produto econômico, pois eleva as taxas de juros, reduzindo investimentos privados devido ao efeito *crowding out*.
- d) Um aumento nos gastos governamentais tem pouco impacto sobre a demanda agregada e o produto econômico, pois é contrabalançado por uma redução proporcional nos gastos privados.
- e) Um aumento nos gastos governamentais, por definição, reduz a eficiência econômica ao substituir a alocação de mercado por alocação governamental.

Questão 44

Analisando os efeitos da tributação na atividade econômica, assinale qual das alternativas abaixo descreve CORRETAMENTE o impacto de um aumento de impostos sobre a renda disponível dos consumidores e o consumo geral, segundo teorias macroeconômicas.

- a) Um aumento de impostos aumenta a renda disponível dos consumidores, incentivando maior consumo e investimento devido à redução do ônus tributário.
- b) Um aumento de impostos reduz a renda disponível dos consumidores, o que desestimula o consumo e pode levar a uma redução na demanda agregada.
- c) Um aumento de impostos é neutro para a economia, pois o governo realoca eficientemente os recursos coletados, mantendo inalterado o consumo.
- d) Um aumento de impostos aumenta a confiança do consumidor ao melhorar a saúde fiscal do governo, incentivando o consumo e investimento.
- e) Um aumento de impostos leva a um aumento no consumo, pois os consumidores tendem a gastar mais antes que os novos impostos entrem em vigor.

Questão 45

A teoria quantitativa da moeda sugere que o nível de preços é diretamente proporcional à quantidade de moeda em circulação. Baseando-se nesse princípio, assinale como uma política de expansão monetária, onde o banco central imprime mais dinheiro, afeta tipicamente a economia a curto prazo.

- a) Aumenta a inflação e reduz o valor real da moeda, sem efeitos significativos sobre o crescimento econômico.
- b) Reduz a inflação e aumenta a capacidade de poupança dos indivíduos, estimulando o investimento.
- c) Aumenta tanto a inflação quanto o crescimento econômico, por meio do efeito multiplicador sobre o consumo e o investimento.
- d) Diminui tanto a inflação quanto a taxa de desemprego, promovendo estabilidade econômica e crescimento.
- e) Não tem impacto sobre a inflação ou o crescimento econômico, pois os ajustes de preços neutralizam o aumento da oferta de moeda.

**CONTABILIDADE GERAL E
PÚBLICA****Questão 46**

Assinale a alternativa que indica **CORRETAMENTE** um elemento que é excluído da contagem de ativos.

- a) Dinheiro em caixa.
- b) Empréstimos a receber.
- c) Patentes.
- d) Dividendos a pagar.
- e) Imóveis.

Questão 47

De acordo com as diretrizes do MCASP sobre o Balanço Orçamentário, as receitas detalhadas devem ser demonstradas por categoria econômica e origem, ao passo que as despesas devem ser discriminadas de forma a incluir a dotação inicial, entre outros itens. Considerando a necessidade de registrar a abertura de créditos adicionais e seu impacto no Balanço Patrimonial do exercício anterior, analise as alternativas a seguir e assinale a que descreve **CORRETAMENTE** o efeito da utilização de superávit financeiro de exercícios anteriores para a abertura de créditos adicionais no exercício corrente.

- a) Não afeta o Balanço Patrimonial porque os créditos adicionais são registrados como receita orçamentária do exercício.

- b) Cria um desequilíbrio orçamentário temporário que é ajustado no exercício seguinte.
- c) Gera um aumento na despesa fixada sem a necessidade de nova arrecadação, afetando o saldo de exercícios anteriores.
- d) É registrado como redução de passivos no Balanço Patrimonial.
- e) Resulta na incorporação de saldos ao orçamento do exercício financeiro subsequente, sem impactar o balanço.

Questão 48

Em relação à reabertura de créditos adicionais utilizando o superávit financeiro de exercícios anteriores, considere as informações e assinale a alternativa que apresenta **CORRETAMENTE** o impacto da reabertura na execução orçamentária do exercício corrente.

- a) Reduz a necessidade de novas receitas, uma vez que realoca excedentes financeiros de exercícios anteriores.
- b) Compromete a capacidade de financiamento de despesas futuras ao utilizar saldos de exercícios passados.
- c) Amplia as possibilidades de investimento sem impactar o equilíbrio orçamentário atual.
- d) Exige reajuste das previsões de receitas e despesas do exercício para incluir os valores reabertos.
- e) Não afeta a execução orçamentária, pois os valores são apenas realocados sem aumentar o total de despesas.

Questão 49

Assinale a alternativa que explica **CORRETAMENTE** por que um resultado financeiro positivo não é necessariamente indicativo de bom desempenho fiscal.

- a) Porque pode refletir uma elevação da dívida pública, mascarando um desequilíbrio entre receitas e despesas.
- b) Porque indica efetivamente que houve uma gestão financeira e orçamentária adequada ao longo do exercício.
- c) Porque resulta exclusivamente de um aumento de receitas vinculadas sem considerar as despesas futuras.
- d) Porque depende exclusivamente de transferências financeiras não previstas, desconsiderando despesas recorrentes.
- e) Porque reflete somente as operações correntes, excluindo investimentos e financiamentos a longo prazo.

Questão 50

A elaboração do Balanço Financeiro requer a classificação precisa das contas, como estipulado pelo MCASP. Assinale a alternativa que corresponde CORRETAMENTE às classes utilizadas para registrar recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados.

- a) Classe 1 para Ativo e Classe 2 para Passivo.
- b) Classe 2 para Ativo e Classe 3 para Passivo.
- c) Classe 1 para recebimentos e Classe 2 para pagamentos.
- d) Classe 3 para transferências financeiras diminutivas e Classe 4 para transferências financeiras aumentativas.
- e) Classe 3 para pagamentos e Classe 4 para recebimentos.

Questão 51

No contexto do Balanço Patrimonial, a apresentação de contas adicionais, cabeçalhos e subtotais deve ser realizada de forma que destaque a relevância das informações para o entendimento da posição financeira da entidade. Considerando essa orientação, assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE o critério que a entidade deve julgar para a adequação da apresentação de contas adicionais no Balanço Patrimonial.

- a) Apenas a relevância dos montantes em relação ao total do patrimônio líquido.
- b) A liquidez e funcionalidade dos ativos, sem considerar os passivos correspondentes.
- c) A natureza e a liquidez dos ativos, a função dos ativos na entidade, e dos montantes, natureza e prazo dos passivos.
- d) A segmentação exclusiva dos passivos de longo prazo devido ao seu impacto nas despesas financeiras futuras.
- e) O volume de transações realizadas no exercício, independentemente de sua relevância para a compreensão da posição financeira.

Questão 52

O Quadro dos Ativos e Passivos Financeiros e Permanentes é uma parte crítica do Balanço Patrimonial conforme orientações do MCASP. Este quadro deve ser elaborado utilizando as classes específicas do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). Assinale a alternativa que identifica CORRETAMENTE as classes utilizadas para representar ativos e passivos financeiros e permanentes.

- a) Classe 1 para Ativos, Classe 2 para Passivos e Patrimônio Líquido, e Classe 6 para Recebimentos e Pagamentos Extraorçamentários.
- b) Classe 3 para Variações Patrimoniais Diminutivas e Classe 4 para Variações Patrimoniais Aumentativas.
- c) Classe 5 para Compensação de Ativos e Passivos e Classe 7 para Resultados de Exercícios Anteriores.
- d) Classe 1 para Ativos, Classe 2 para Passivos e Patrimônio Líquido, e Classe 5 para Créditos a Liquidar.
- e) Classe 6 para Crédito Empenhado a Liquidar e Classe 7 para Restos a Pagar Não Processados.

Questão 53

Assinale a alternativa que, de acordo com o MCASP, apresenta CORRETAMENTE as características essenciais que diferenciam os ativos não circulantes mantidos para venda dos outros ativos não circulantes.

- a) Estes ativos são depreciados continuamente até a conclusão da venda.
- b) Estes ativos não devem ser depreciados após a classificação como mantidos para venda.
- c) Estes ativos devem ser reclassificados como circulantes imediatamente após a decisão de venda.
- d) Esses ativos devem ser avaliados pelo valor justo, sem dedução de custos de venda.
- e) Esses ativos continuam sendo utilizados na operação da entidade até que a venda seja efetivada.

Questão 54

Dentro das categorizações do Balanço Patrimonial, os “Ativos Biológicos” são definidos como valores relativos a plantas ou seres vivos, cujo ciclo produtivo ocorre dentro de um período específico. Com base nas normativas do MCASP, assinale a alternativa que CORRETAMENTE explica a razão pela qual os ativos biológicos devem ser classificados separadamente no balanço.

- a) Porque sua valoração depende das condições de mercado e não do custo histórico.
- b) Porque eles representam propriedade intangível que não possui forma física.
- c) Porque são usualmente convertidos em caixa ou vendidos dentro de um ciclo operacional normal.
- d) Porque requerem avaliação contínua e ajustes frequentes ao valor justo até o ponto de colheita.

e) Porque estão sujeitos a regulamentações ambientais específicas que afetam sua valoração.

Questão 55

Assinale a alternativa que CORRETAMENTE indica o propósito principal da inclusão do resultado de coligadas e empreendimentos controlados conjuntamente mensurada pelo método da equivalência patrimonial na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP).

- a) Demonstração detalhada do controle acionário direto da entidade sobre suas coligadas e controladas.
- b) Avaliação do impacto financeiro direto das atividades operacionais das coligadas e controladas na entidade.
- c) Registro da participação proporcional da entidade nos resultados das empresas associadas, afetando o patrimônio.
- d) Garantir que todas as transações intercompanhias sejam eliminadas no processo de consolidação.
- e) Fornecer uma medida do retorno sobre o investimento em coligadas e controladas com base em fluxos de caixa futuros.

Questão 56

Assinale a alternativa que descreve CORRETAMENTE uma das razões para a exigência das notas explicativas detalhadas que acompanham a DVP.

- a) Para detalhar os cálculos dos ajustes de avaliação patrimonial e os métodos de depreciação utilizados.
- b) Para prover transparência e detalhamento sobre a natureza e valores dos itens que compõem as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas.
- c) Para cumprir com regulamentos internacionais de contabilidade que exigem divulgação completa de todas as transações financeiras.
- d) Para fornecer informações sobre as políticas contábeis adotadas pela entidade no exercício em análise.
- e) Para justificar as decisões de investimento e financiamento da entidade no período fiscal correspondente.

Questão 57

O sistema de classificação da receita orçamentária por natureza, conforme definido pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), utiliza um código de oito dígitos que identifica

características específicas da receita, incluindo categoria econômica, origem, espécie e desdobramentos. Até o exercício financeiro de 2021, o sistema de codificação era estruturado como "a.b.c.d.d.d.e.", mas mudanças recentes foram implementadas. Assinale a alternativa que CORRETAMENTE explica a alteração introduzida na codificação a partir de 2023.

- a) A estrutura passou a incluir dois dígitos adicionais no final para permitir uma melhor identificação das necessidades gerenciais.
- b) Foi introduzido um dígito específico para indicar receitas exclusivas de estados, Distrito Federal e municípios.
- c) Os dígitos correspondentes aos desdobramentos foram alterados para separar os códigos da União daqueles dos demais entes federados.
- d) A modificação permitiu a inclusão de um dígito para diferenciar receitas correntes de receitas de capital.
- e) O código foi simplificado para cinco dígitos com a intenção de facilitar o processamento de dados.

Questão 58

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) é um relatório contábil que detalha as alterações no patrimônio líquido de uma empresa durante um determinado período. Este documento é crucial para entender como os eventos durante o período afetaram a situação financeira da empresa. Assinale a alternativa que CORRETAMENTE explica a importância de incluir os dividendos pagos na DMPL para os *stakeholders* da empresa.

- a) Os dividendos pagos representam uma alocação de capital que não afeta o patrimônio líquido e, portanto, não necessitam ser reportados na DMPL.
- b) A inclusão dos dividendos pagos na DMPL é opcional, dependendo da política de transparência da empresa.
- c) Dividendos pagos são considerados uma despesa operacional e sua inclusão ajuda na análise de lucratividade da empresa.
- d) A demonstração dos dividendos pagos é fundamental apenas para as empresas listadas em bolsa de valores devido a requisitos regulatórios.
- e) Os dividendos pagos diminuem o patrimônio líquido, refletindo a distribuição de lucros aos acionistas e impactando diretamente sua estrutura de capital.

Questão 59

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido serve para detalhar as variações no

patrimônio líquido da empresa, incluindo lucros acumulados. Considerando a utilidade desse documento, assinale a alternativa que explica como a reinvestimento de lucros acumulados é apresentada na DMPL e qual o impacto dessa apresentação para a análise de investidores.

- a) Lucros acumulados são apresentados como redução do patrimônio líquido, indicando um potencial crise financeira.
- b) A reinvestimento de lucros acumulados é mostrada como aumento do ativo total, o que pode confundir investidores quanto à verdadeira origem dos recursos.
- c) Lucros acumulados reinvestidos são demonstrados como aumento no patrimônio líquido, refletindo o fortalecimento da base de capital da empresa.
- d) A apresentação dos lucros acumulados reinvestidos é relevante apenas para os auditores internos e não impacta a decisão dos investidores.
- e) Esses lucros são categorizados como passivos circulantes, mostrando a obrigatoriedade de sua distribuição futura.

Questão 60

Assinale a alternativa que descreve **CORRETAMENTE** uma operação que deve ser classificada como atividade operacional na DFC.

- a) Compra de uma nova planta industrial.
- b) Emissão de ações para captação de recursos.
- c) Pagamentos de juros sobre empréstimos obtidos pela empresa.
- d) Recebimento da venda de uma subsidiária, exceto os valores de caixa incluídos.
- e) Aquisição de títulos para investimento a curto prazo.